

## DA TAUTOLOGIA DO “EU SOU EU” À CONSCIÊNCIA INDEPENDENTE - A partir da leitura de “A verdade da certeza de si mesmo”, de Hegel.

**Florisa Brito**

### 1. ESCLARECIMENTOS INICIAIS

*Fica patente que por trás da assim chamada cortina, que deve cobrir o interior, nada há para ver; a não ser que nós entremos lá dentro – tanto para ver como para que haja algo ali atrás que possa ser visto.<sup>1</sup>*

Creio que uma leitura superficial do trecho em epígrafe tende a considerá-lo absurdo. Aguçou-me a curiosidade e encarei como desafio, especialmente, a sequência “nada há... a não ser que”; pois, via de regra, depois de um taxativo *nada*, a possibilidade que se abre com “a não ser que” é inesperada; contradiz o senso comum. Aventurei-me na leitura despreziosa, mas atenta, de “A verdade da certeza de si mesmo”, fragmento da obra “Fenomenologia do Espírito”, de Hegel; apenas até a parte “A - Independência e dependência da consciência-de-si: dominação e escravidão”.

Abstive-me de buscar outras leituras, análises ou contextualizações. Meramente apresento, nestas páginas, o que logrei *garimpar* no tópico em referência; nos limites de uma determinada perspectiva, que será indicada mais ao final. O fragmento lido, por sua densidade e riqueza, abre muitas possibilidades de interpretação; por esta razão, ousou dizer que até um mesmo leitor pode vislumbrar significações diversas, a depender da perspectiva que adotar e das direções que vier a tomar durante o percurso. Possivelmente, uma nova leitura, por outro viés, levar-me-ia a outros achados.

Percebe-se o peso dos elementos cuidadosamente empregados por Hegel: nada parece estar ali por acaso e, frequentemente, precisamos nos desvencilhar do significado habitual de um termo ou expressão, quem sabe até impregnado em nossa memória, para captarmos um sentido que se encaixa naquela sequência. Assim, no trecho que utilizamos como epígrafe, tem-se que a cortina *deve cobrir* o interior; o que, a rigor, não equivale a dizer que a cortina *cobre* o interior. Sabemos que o termo “deve” pode indicar uma incerteza; ou uma obrigatoriedade; ou a conveniência de que seja assim; ou a impossibilidade de ser de outra forma. Portanto, somos levados a refletir sobre o efeito que o termo produz especificamente nesse caso.

*(Não poderia deixar de mencionar que essa leitura foi empreendida em parceria com **Márcia Guimarães de Freitas**; nossos diálogos e o exercício recíproco de expressar a compreensão do conteúdo forjaram o entendimento que ora apresento.)*

Daqui por diante, esquivo-me de outras explicações periféricas e, sem me prender à sequência de apresentação do conteúdo no texto lido; e sem pretender questionar quaisquer outras interpretações, nem mesmo dialogar com elas; alinhavo as ideias extraídas do recorte especificado. Os dois próximos tópicos (2 e 3) apresentam, basicamente, uma síntese das noções apreendidas com a leitura; enquanto o último tópico (4) propõe algumas considerações engendradas a partir da mesma leitura.

---

<sup>1</sup> HEGEL, G. W. F. In: \_\_\_\_\_ **Fenomenologia do Espírito – Parte I**. 2ª Ed. (Tradução de Paulo Menezes, com a colaboração de Karl-Heinz Effen.) Petrópolis: Vozes, 1992. Pág. 118.

Disponível em:

<file:///D:/Meus%20Documentos/Documents/HEGEL-G.W.F.-Fenomenologia-do-Esp%C3%ADrito-Parte-I%20(1).pdf.> Acesso em set./2019

## 2. ESTÁGIOS DA CONSCIÊNCIA: do entendimento vazio à consciência-de-si.

Para a consciência em seu estado original, existe a certeza de que o *verdadeiro*, a verdade de seu objeto, consiste em algo independente dela, que é, concretamente, aquilo que é percebido por meio dos sentidos e conhecido por meio da força do entendimento. No entanto, se a consciência inicia um processo de evolução, se avança um passo e experiencia o objeto, aquele conceito de verdadeiro não se sustenta, como também desmorona aquela certeza; pois a experiência vai mostrar que o objeto abrange, sim, aquela representação inicial, mas não se restringe a tal representação; e a **verdade** do objeto vem a substituir a **certeza** inicial referente a ele.

Em certo aspecto, a certeza inicial e a verdade que a substitui mostram-se iguais: no sentido de que ambas se enganam a respeito de seus próprios papéis; pois, “a certeza é para si mesma seu objeto, e a consciência é para si mesma o verdadeiro”. No entanto, assim como o objeto só coincide com a certeza sob o ponto de vista da própria certeza, e não de fato; também a consciência, ao identificar-se com o *verdadeiro*, equivoca-se, pois ela mesma é um outro em relação ao *verdadeiro* que identifica.

A consciência entende o Em-si do objeto (o que ele é) como idêntico ao ser-para-um-outro do objeto, isto é, à maneira como ele se representa para ela. O que a consciência ignora é que, ao defrontar o objeto, ultrapassa-o; pois, a representação do objeto para a consciência consiste tanto no conteúdo da relação (entre a consciência e o objeto), quanto na própria relação; assim, de certa forma, ela mesma está fazendo parte do que supõe ser exclusivamente o Em-si do objeto.

Somente quando já existe consciência-de-si é que pode existir *verdade*; na fase anterior, o que existe é a **certeza sensível**, alcançada mediante os sentidos e o entendimento imediato, a qual vem a ser desbancada pela verdade. Importa entender, então, o surgimento da consciência-de-si, que é um saber de si mesmo; ao passo que o saber precedente, o da certeza, era o saber de um Outro.

A certeza sensível desvaneceu diante da verdade, mas o que houve naquele estágio não foi eliminado ou desperdiçado. Os momentos da percepção e do entendimento imediato não se perderam, mas perderam o *status* de essência. Naquele primeiro estágio, o da certeza, tanto o objeto do mundo sensível, quanto a consciência, isto é, “o interior vazio do entendimento”, existem como elementos separados, independentes. A certeza é produzida com esses elementos independentes, separados e, por esta razão, esse saber é de um Outro. Quando ocorre o confronto, cada um dos elementos retorna sobre si mesmo<sup>2</sup>. Ao retornarem, não são idênticos ao que eram inicialmente, pois se influenciaram mutuamente: já não se trata mais do “interior vazio do entendimento”, de um lado; e da certeza do objeto concretamente percebido pelos sentidos e pelo entendimento imediato (irrefletido), de outro lado.

Surge a consciência-de-si, refletida sobre si mesma após defrontar o objeto do mundo sensível; ela deixou de ser o interior vazio, porque considerou o que lhe era exterior e retornou a si, transformada. Nesta consciência-de-si que surge, estão suprassumidas - como momentos, não mais independentes, mas evanescentes - a consciência que era “interior vazio do entendimento”; e a certeza do objeto, que decorria da percepção dos sentidos e do entendimento imediato. “A consciência-de-si é a reflexão, a partir do ser do mundo sensível e percebido; é essencialmente o retorno a partir do ser-Outro.”

Para que haja consciência-de-si, e não apenas a tautologia do “eu sou eu”, é fundamental que a consciência realize o movimento de defrontar o Outro, reconhecendo-o como o diferente provido de existência; e de retornar sobre si mesma. Há dois momentos nesse movimento: no primeiro, a consciência-de-si existe como consciência diante do mundo sensível; no segundo, refletida sobre si mesma, a consciência-de-si torna-se unidade consigo mesma; e o mundo sensível subsiste como um fenômeno, uma diferença já sem existência em si mesma, cuja *essência* está na verdade da

---

<sup>2</sup> Entendemos que a descrição do processo se refere ao que ocorre abstratamente, na perspectiva da consciência. Desta forma, ao dizer que o objeto retorna sobre si mesmo (por exemplo), o que está sendo dito é que: a consciência, depois de ter feito contato com o objeto, desprende-se dele, devolvendo-o (sempre abstratamente) para o lugar fora dela; e passa a vê-lo transformado pelo confronto que ocorreu.

consciência-de-si em unidade consigo mesma. A unidade deve tornar-se, “vir-a-ser”, essencial à consciência-de-si; em seu estágio inicial, a consciência é desprovida de unidade - algo que ainda está fora dela terá que participar da constituição de sua unidade. Somente haverá unidade, se, e quando, a consciência evoluir, mediante o processo descrito, para consciência-de-si.

Quando a consciência se torna consciência-de-si, passa a ter dois objetos: um primeiro, que é o da certeza sensível e da percepção, que não coincide com ela, que é um diferente; “o segundo objeto é justamente ela mesma, que é a essência verdadeira”, que veio a existir mediante o movimento de oposição ao primeiro objeto, a reflexão e o atingimento da unidade. Assim como a consciência retorna sobre si mesma, também o objeto que ela defrontou retorna sobre si mesmo e, assim refletido, extrapola o “modo da certeza sensível e da percepção” e ganha vida. É esse objeto vivo que a consciência, agora, distingue de si mesma como um ser.

O que se denomina “Em-si” é a “infinita unidade das diferenças”; unidade que existe, não por si mesma, mas como “resultado universal da relação do entendimento com o interior das coisas”; isto é, por meio da consciência-de-si. Esta, ao experienciar o objeto marcado para ela como o Outro e já como dotado de existência (vivo), proporciona a esse objeto a independência que ele não teria por si mesmo. A independência do objeto tem existência é na consciência-de-si, e não nele mesmo; é na consciência-de-si, que a diversidade exterior, agora, ganha vida.

O que caracteriza a vida (a sua natureza) é esse tornar-se vida mediante o processo: quando a infinita unidade das diferenças passa a existir, não para si mesma, mas para a consciência-de-si. A vida é essencialmente infinita, pois suprassume todas as diferenças. Ao mesmo tempo que há uma quietude em si mesma como unidade, não cessa a “infinidade absolutamente inquieta” das diferenças em movimento no interior da mesma unidade; comparável à fluidez do tempo na solidez do espaço. A vida se transforma incessantemente; sem deixar, nunca, em momento algum, de continuar sendo o que é. A unidade, para existir, suprassume as diferenças; e estas permanecem como partes que possuem existência própria. Daí a fluidez (ao invés de uniformidade) da unidade, pois as diferenças continuam sendo diferenças ao compor o todo.<sup>3</sup>

O que subsiste é a unidade, que, ao mesmo tempo, no próprio movimento em que se sustenta, também é fracionamento em figuras independentes. A independência da diferença tem o sentido de independência apenas para si mesma, pois não existe isoladamente, mas em seu pertencer à unidade; e o todo, por sua vez, não existe fora da (sem a) totalidade das figuras independentes. Tendo sido atingido tal estágio (de consciência), em que passaram a existir, interdependentes, a unidade e as diferenças como figuras independentes (independentes para si), tem-se que: a unidade perdura (subsiste); o fracionamento permanece, em movimento no interior da unidade; cada diferença, embora seja parte no fracionamento, mantém sua identidade, não mais como existência isolada (existente apenas para si mesma), mas, sim, como existência viva na unidade; agora, da diferença, o que é apenas para si mesma não é mais o seu existir, mas o seu papel de figura independente.

O que foi suprassumido (absorvido) na unidade, não foi a diferença e, sim, o seu ser-para-si. A diferença, no encontro com o universal, não se confunde com ele, não se dissolve: alimenta-se dele e passa a ter existência além daquela (anterior) para si mesma, isolada; porém, trata-se de um existir em contínua transformação, na inter-relação com o universal; assim como o universal atualiza-se, incessantemente, em movimento com a totalidade das diferenças. Trata-se de plenitude, não estática, mas em movimento ininterrupto; plenitude em que há **unidade**, mas, ao mesmo tempo, infinita **diversidade**; em que o todo, continuamente, desdobra-se em leque nas diferenças e rearticula esses membros.

A vida torna-se vida como um “ser vivo”, mediante um processo, dentro do qual a fluidez universal simples é o Em-si, enquanto a diferença das figuras é o Outro. Porém, na perspectiva da diferença, ocorre uma inversão: ela se vê como independente e vê a fluidez universal como sendo o

---

<sup>3</sup> Com a devida licença para a rusticidade do exemplo, poderíamos imaginar as diferenças como variedades de frutas, com as quais a unidade faz, não uma vitamina que as desintegre e homogeneíze, mas, sim, uma salada: cada fruta mantém as características próprias, ainda identificáveis, embora não intactas; identificáveis, mas “contaminadas” pelo todo da salada.

Outro, o meio tranquilo consumido no movimento. Todavia, “a unidade consigo mesma, que ela [a diferença] se outorga, é justamente a fluidez das diferenças ou a dissolução universal”. Dito de outro modo, a individualidade vem a ser individualidade, bem como se sustenta como individualidade, é na relação com o universal, formado com a totalidade dos indivíduos; e uma vez tendo se tornado individualidade, adquire existência viva para além de si mesma, ao passo que se vê (equivocadamente) como existência independente. A independência é prerrogativa do universal, no sentido de ter unidade consigo mesmo, de ser o que subsiste independentemente desta ou daquela individualidade em particular. Todavia, esse existir independente na unidade consigo mesmo é decorrente da totalidade das individualidades, das quais suprassumiu o existir isolado, e para as quais produz a existência viva; a unidade do universal se faz de fracionamento e de articulação, em movimento ininterrupto.

A vida não é o que aparenta ser em cada um dos pontos do circuito ou em cada um dos elementos, tomados isoladamente. A vida se constitui como resultado de todo esse processo: “é o todo que se desenvolve, que dissolve seu desenvolvimento e que se conserva simples nesse movimento”. E esse gênero simples<sup>4</sup>, “a vida remete a outro que ela, a saber: à consciência para a qual a vida é como esta unidade, ou como gênero”. Trata-se, todavia, não daquela consciência como “simples essência”, “que tem por objeto a si mesma como o puro Eu”; mas, sim, da consciência que já se tornou consciência-de-si, mediante o processo (experiência) de desdobramento e enriquecimento que se explica a seguir.

Originalmente, a consciência-de-si é “desejo” (pretensão, querer); pois, para a consciência, apenas existe ela mesma, enquanto as diferenças são nulas, como inexistentes; eis o que a consciência assume como certeza de si, como se essa certeza tivesse sido alcançada objetivamente, quando, de fato, brota apenas dela mesma (da consciência), à custa do aniquilamento (negação) do Outro (das diferenças). Nesse estágio original da consciência, quando ela desconsidera o que é exterior a ela mesma, não existe consciência-de-si, mas apenas um existir da consciência para si mesma, como simples essência, o Eu simples, que poderá (ou não) vir a ser consciência-de-si.

A consciência, que começa sendo desejo, encontra satisfação na certeza de si mesma (a *sua* verdade, o que acredita ser a verdade) e, ainda que seja para si mesma, torna-se existente; considera a si mesma como existente, ao passo que, para ela, o Outro (o exterior, as diferenças) não existe. Entretanto, a consciência atribui-se existência à custa de **distinguir-se** do Outro inexistente (para ela); o que acaba criando um paradoxo, porque não há como distinguir-se de “nada” e, portanto, a consciência tende<sup>5</sup> a reconhecer que existe o Outro, esse que é exterior a ela mesma, isto é, as diferenças. Ao reconhecer o Outro como existente, a consciência o defronta e o suprassume; o que levará ao surgimento da consciência-de-si.

Enquanto a consciência encontra sua satisfação na certeza de si (que acredita ser a verdade), na nulidade (negação) do Outro (seu objeto); a consciência-de-si encontra satisfação na verdade, mediante o suprassumir do Outro (seu objeto), que, para ser suprassumido, teve que ser reconhecido como existente. No entanto, para que a consciência-de-si alcance a satisfação, o objeto, por ser independente (isto é, por não ser parte da consciência-de-si, nem criação dela), deve negar a si mesmo nela; e deve negar a si mesmo, por ser em si o negativo; porque é para o Outro que ele deve ser o que é. Ocorre, porém, que o objeto, quando é “em si mesmo negação, e nisso é ao mesmo tempo independente, ele é consciência”. Portanto, “a consciência-de-si só alcança sua satisfação em uma outra consciência-de-si”.

A consciência-de-si decorre de um ciclo, que, ao completar-se, torna “presente o conceito do espírito [...] substância absoluta que na perfeita liberdade e independência de sua oposição – a saber, das diversas consciências-de-si para si essentes – é a unidade das mesmas: Eu que é Nós, Nós que é Eu.” A consciência, pela consciência-de-si e pelo espírito, entra no “dia espiritual da presença”, que

<sup>4</sup> Simples, não no sentido de lhe faltar complexidade e, sim, por apresentar-se como instância inteira, não composta por agrupamento de partes.

<sup>5</sup> “Tende”: não ocorre em todos os casos, porque é possível permanecer assim, sem superar o paradoxo ou até mesmo sem percebê-lo.

consiste em se afastar, por um lado, dos limites da percepção dos sentidos e da força do entendimento imediato; e por outro, “da noite vazia do além suprassensível”, isto é, do intangível.

### 3. A CONSCIÊNCIA-DE-SI INDEPENDENTE: escravo e senhor.

A consciência-de-si compõe-se de vários momentos, todos indispensáveis, que devem permanecer como momentos separados, cuja significação, porém, não se encontra neles mesmos, mas, sim, naquilo que significam no ciclo. “A consciência-de-si é em si e para si quando e porque é em si e para si para uma Outra; quer dizer, só é [tem existência] como algo reconhecido.” O reconhecimento de si representa-se no reconhecimento recíproco, que se dá mediante uma **duplicação**, um desdobramento do conceito dessa “unidade espiritual”, que consiste em fazer-se Outro, sem, contudo, deixar de ser ela mesma.

A consciência, em seu estágio original (quando ainda não é consciência-de-si) atribui existência essencial e singular apenas a si mesma, considerando o **outro** (tudo que não é ela mesma) como objeto sem essência, como não existente, como a negatividade em relação à essência dela (o Eu); ainda não existe unidade consigo mesma (ainda se encontra dividida); ainda não se distinguiu do Outro, que, para ela, não existe. Enquanto isso, nesse **outro** (tudo que é exterior à consciência, ao Eu), existe o **Outro**, que é outra consciência-de-si em potencial (outro Eu), em condição (estado) equivalente à primeira (ainda sem unidade, dividida), que também se considera como única essencialmente existente. Quando um Eu se depara com outro Eu, eles se confrontam, cada um certo de si mesmo, mas não do outro; portanto, ambos com a certeza ainda sem verdade nenhuma, pois ainda não levaram a cabo o reconhecimento mútuo.

A primeira condição para o reconhecimento é cada um desvencilhar-se da certeza de ser o único com existência, e levar em conta a existência do Outro; superar a negação do Outro. Superada a negação, isto é, cada um dos lados passando a considerar que não é o único que existe essencialmente, passando a levar em conta que o Outro existe; então, para que a evolução prossiga, ainda é necessário que ocorra uma atuação recíproca, que contém duplo sentido de duas maneiras diferentes. Um duplo sentido consiste em que o agir tem que ser bilateral, ambos agindo um sobre o outro, pois o agir unilateral não surtiria efeito. Outro duplo sentido consiste em que o agir de um sobre o outro deve se completar com o agir do outro sobre esse agir do primeiro sobre ele; caso contrário, também não surtiria efeito, pois nada se faz no indivíduo sem a atuação dele.

**A Outra consciência-de-si que a consciência-de-si encontra é ela própria**, que saiu de si mesma; em certo sentido, perdeu-se de si nesse deslocamento, porque se encontra em outra essência; porém, suprassumiu o Outro, pois não o vê como essência e, sim, vê a si mesma nele. Entretanto, esse suprassumir apresenta um duplo sentido: primeiro, o suprassumir da outra essência independente é condição para “vir-a-ser a certeza de si como essência”; segundo, sendo a si mesma que ela vê no Outro, então, suprassume a si mesma. Trata-se de um suprassumir de seu ser-Outro, este ser-Outro que tem duplo sentido. E então, há um retorno, também de duplo sentido, a si mesma. O duplo sentido do retorno consiste no seguinte: depois de desdobrar-se e de suprassumir seu ser-Outro, o retorno sobre si mesma restaura a unidade consigo mesma; mas não somente recupera sua unidade consigo mesma, como também restitui ao Outro (que, de fato, é ela mesma) sua consciência-de-si, uma vez que suprassume seu ser-Outro nele, deixando que ele volte a ser livre.

Todo esse movimento é indispensável: sair de si ao encontro do Outro e reconhecê-lo; receber em si o Outro e alcançar o reconhecimento de si, mediante o Outro; devolver o Outro a ele mesmo (reconhecido) e deixá-lo livre; permanecer em unidade consigo mesmo, livre e reconhecido. Entretanto, não há simultaneidade nos passos desse movimento, os quais se realizam entre extremos: em dado momento, um extremo é apenas o que reconhece, enquanto o outro extremo é apenas o que é reconhecido.

“A relação das duas consciências-de-si é determinada de tal modo que elas se provam a si mesmas e uma a outra através de uma luta de vida ou morte.” Cada uma arrisca sua vida e se inclina

a tirar a vida da outra. Precisam travar essa luta para que a certeza de si evolua para a verdade. “O indivíduo que não arriscou a vida pode bem ser reconhecido como pessoa; mas não alcançou a verdade desse reconhecimento como uma consciência-de-si independente.” O ser-Outro (sair de si), faz com que a essência da consciência-de-si extrapole os limites de si mesma e, então, a essência tem que suprasumir esse ser-Outro. Esse Outro é outra consciência que existe e é “de muitos modos enredada”; assim, o ser-Outro da consciência-de-si tem um significado, para ela, de negação absoluta de si; de morte.

A consciência-de-si que enfrenta, até o desfecho, essa luta de vida ou morte, encontra, de fato, a morte; isto é, extingue-se aquela consciência que entrou nesse confronto, aquela consciência sem reconhecimento, detentora da certeza de si sem verdade nenhuma. Malgrado o aparente contrassenso, vencer a luta é encontrar a morte (desse gênero de morte que se trata), enquanto conservar a vida significa manter-se com a certeza de si sem verdade nenhuma, sem o reconhecimento como consciência-de-si independente; conservar a vida é fracassar, porque significa não evoluir. Mas, a verdade que deveria resultar ao final da luta é suprasumida, como também “a certeza de si mesmo em geral”. Assim, uma vez alcançado o reconhecimento, não se alcança a independência pretendida; pois, para a consciência-de-si, a vida<sup>6</sup> se torna tão essencial quanto “a pura consciência-de-si”; a consciência-de-si agora *sabe* que não existe sem a vida, sem a unidade, o universal. A morte traz a certeza de que os dois lados envolvidos corriam o risco, *desprezavam* a vida em si e no Outro. Porém, essa certeza não existe para eles, pois a percepção do processo lhes escapa: o que resulta é integrado, suprasumido; cada um deixa o outro livre e segue também livre.

Enquanto a consciência em seu estágio original tem por objeto absoluto o Eu simples, é independente e tem por essência o ser-para-si; a consciência-de-si, que alcançou a verdade mediante o reconhecimento, é dependente e sua “essência é a vida, ou o ser para um Outro”. São como “duas figuras opostas da consciência”, como escravo e senhor. Embora estes termos possam sugerir o inverso, a primeira consciência (a independente) é o escravo; a segunda (a dependente) é o senhor.

No reconhecimento, quando o senhor se torna plenamente senhor, a consciência independente que ele toma é, para ele, como consciência dependente. O senhor não encontra a sua verdade na certeza-de-si, mas na consciência inessencial (a consciência escrava) e no agir dela. No entanto, assim como a dominação aparentava ser o contrário do que é, ou seja, mostrou que o senhor depende da consciência escrava para encontrar a sua verdade; também a escravidão, ao final do movimento, mostra ser o inverso do que parecia ser, pois converte-se em “verdadeira independência”.

Todavia, essa consciência que se comporta como escrava no processo de dominação é consciência-de-si; ou seja, “consciência escrava” não é o que ela é, mas a maneira como ela participa do processo. Ela vê o senhor como a essência, que existe em si. Vê o senhor como a verdade, e ainda não sabe que, por ter experimentado nela essa essência, já tem a verdade nela mesma. Essa consciência angustiou-se inteiramente em sua essência, temeu ser totalmente destruída pelo senhor e, então, o seu interior se dissolveu. Todavia, justamente nesse fluidificar-se consiste essa consciência; como também consiste no servir (ao senhor), mediante o qual suprasume sua “aderência ao ser-aí-natural”; ser natural que ela, “trabalhando-o”, o elimina. Temer o senhor é “o início da sabedoria”, e é por meio do trabalho que encontra a si mesma.

Enquanto a satisfação do desejo do senhor é “um evanescente”, o agir do escravo dá forma permanente ao objeto e, ao mesmo tempo, produz a singularidade que permanece; “a consciência trabalhadora, portanto, chega assim à intuição do ser independente, como [intuição] de si mesma”. Mas, o formar, além desse significado positivo, tem outro negativo, no momento do medo, quando o escravo suprasume “a forma essente oposta”.

O trabalho parecia dar um sentido alheio à consciência, mas, por meio dele, ela se reencontra por si mesma e, assim, adquire sentido próprio. Entretanto, para esse resultado, são igualmente necessários o medo combinado com obediência, isto é, que culmina em serviço; e o formar. A

---

<sup>6</sup> Não se trata, aqui, daquela vida que foi arriscada na luta de vida e morte; mas, sim, da plenitude em movimento, da unidade se abrindo em leque na diversidade e rearticulando os membros.

consciência natural, para se tornar consciência de si com essência, precisa suportar (não se trata de vencer) o medo em relação ao senhor, este que ela identifica como a verdade: não um medo qualquer; não um pouco de medo; nem mesmo apenas muito medo; mas, sim, o medo absoluto, que a angustie e a desestabilize, e que a faça perder tudo que tem de fixo, isto é, tudo que a mantém estável por si mesma, segura em si mesma; medo que a contamine integralmente e a abale completamente, de maneira que ela se ache totalmente dominada por ele, sem poder mais contar com nada de si mesma.

Entretanto, é preciso também que o medo provoque a obediência e o trabalho efetivos; caso contrário, apenas o medo como sensação, que não se exterioriza mediante o agir, não contribuirá para que a consciência venha a ter essência. O trabalho forma e, dele, decorre o permanecer. No entanto, “se a consciência se formar sem esse medo absoluto primordial, então será apenas um sentido próprio vazio”, não essencial; pois, para se tornar essencial, é necessário ter sido tomada pelo medo do senhor, até o ponto de esvaziar-se de seu conteúdo natural; é necessário render-se. A consciência formada sem a dissolução completa de seu ser natural não completou o processo de encontrar a si mesma, não encontrou a sua verdade; está retida numa condição de relativa liberdade, porém, sem ter rompido com a escravidão; detém uma habilidade que lhe permite um relativo domínio, porém, a potência não se encontra nela, mas em seu exterior.

---

#### 4. AUTONOMIA DA CONSCIÊNCIA: assimilar a diversidade e conhecer a si mesmo.

Nos dois tópicos anteriores, encontra-se uma síntese das noções recolhidas do fragmento de texto em referência, a partir de determinada perspectiva de leitura. O propósito dos parágrafos seguintes é compartilhar considerações, engendradas a partir da leitura em questão, concernentes à conquista do *saber*, estando aí compreendidos, e enredados, o saber relativo à vida e o saber relativo a si mesmo; sendo este último referido, habitualmente, como o “conhecer a si mesmo”.

O *saber*, no sentido em que é tomado aqui, distingue-se de conhecimento, este que pode ser repassado, distribuído, multiplicado, acumulado; ainda que os conhecimentos sejam passíveis de alterações e transformações, em sua contínua circulação e evolução. Trata-se do *saber* vinculado à evolução da consciência; saber que somente pode vir a ser (passar a existir) mediante um processo pessoal - somente *se* e *quando* forem vencidas determinadas etapas, sucessivamente, até ser atingido o estágio final; até que se instaure a **plenitude** da consciência.

A plenitude da consciência não se confunde com perfeição. Esse estágio final não é imutável nem estático; e o fato de atingi-lo não põe fim ao processo. O que ocorre na plenitude, isto é, o que a distingue das etapas precedentes, é que o saber veio a existir para a consciência; sendo impensável que [o saber] volte à condição de inexistência. Assim, enquanto as etapas precedentes podem ser vistas como parte do caminho (ou do movimento) em direção ao saber, o estágio final – a plenitude – mantém o movimento evolutivo, porém, não mais em direção ao saber, e sim **com** o saber. Tendo sido alcançada a plenitude, o movimento, que anteriormente carecia de regularidade; que estava sujeito a interrupções e até mesmo à estagnação permanente; adquire uma nova dinâmica e torna-se incessante.

##### 4.1 Evolução da consciência

A pessoa que se encontra em seu estado natural de consciência percebe o mundo exterior, isto é, tudo o que não é ela mesma, por meio dos sentidos e da força do entendimento, os quais produzem, para ela, uma certeza simples de que o percebido e entendido é, concretamente, o objeto em questão. Na simplicidade dessa avaliação, não está sendo considerado que a percepção dos sentidos é variável; e que o alcance desse entendimento inexperiente é ainda muito restrito. Essa pessoa ainda *não sabe* que pode haver inúmeras outras distintas certezas relativas ao mesmo objeto; certezas derivadas do entendimento e dos sentidos de outras pessoas.

Assim pode manter-se a consciência, em seu estado natural; e assim pode permanecer a pessoa, julgando-se independente em si mesma, tranquila em sua certeza sem verdade; ou, ao contrário, pode ser desencadeado um processo de evolução, que *poderá* culminar, em seu último estágio, em uma consciência-de-si independente. Entretanto, a independência da consciência que atingiu a plenitude não tem a mesma natureza daquela independência do estágio inicial, que consistia, basicamente, em atribuir a si mesma a exclusividade da existência. Na plenitude, trata-se de independência que pode ser melhor entendida como uma autonomia, um poder, para a consciência-de-si, de governar a si mesma.

Uma vez desencadeado o processo de evolução, nada garante que haverá regularidade, constância ou mesmo continuidade; o avanço, quando ocorre, tem ritmo variável; e pode estagnar-se em qualquer fase intermediária. Porém, se for completado o percurso, isto é, se a consciência chegar a tornar-se independente, encontrará estabilidade nessa condição, e não mais estagnação; tampouco haverá retrocesso; uma vez independente, a consciência-de-si permanecerá independente.

A primeira condição para o desencadeamento do processo é um desejo (vontade, querer) que impulsiona a consciência à mudança. O mais provável é que o desejo não seja identificável como tal, mas que se faça presente como uma insatisfação, um desconforto, a sensação de que *isso não basta*; podendo estar implicado, ou não, algum fator externo relevante. Se a consciência, impulsionada pelo desejo, for em frente e, desapegando-se de sua certeza, examinar o objeto como um outro existente fora dela, encontrará a verdade: o que o objeto aparentava ser, é apenas parte do que ele é; o que o entendimento imediato e os sentidos captaram não foi o objeto, mas o apresentar-se dele para essa consciência. O confronto mostra que o objeto existe fora da consciência; e que esta apreende a essência dele, mediante a verdade que vem ocupar o lugar da certeza. A consciência, sob o efeito dessa experiência, retorna a si mesma e alcança a unidade consigo mesma, absorvendo a certeza do objeto e o “interior vazio do entendimento”; e tornando-se consciência-de-si.

A consciência-de-si examina o que lhe é exterior e o seu próprio interior; examina a vida e a si mesma; o universal e a individualidade.

#### 4.2 O saber sobre a vida: o individual e o universal.

A pessoa, dotada naturalmente de existência singular, somente adquire individualidade na relação com o universal. Instaurada a consciência-de-si, com a individualização do ser singular, perdura o universal, que é a vida, a infinitude que subsiste como unidade, na fluidez de todas as individualidades em movimento ininterrupto; não há uniformidade; não há dissolução das diferenças. Em seu pertencer ao universal, o indivíduo conserva sua existência própria, isto é, não se limita a ser fração indistinta do todo; sua existência torna-se viva e sua identidade é mantida. Porém, independência é exclusividade do universal, que é infinitude em unidade consigo mesma, embora seja constituído no movimento com a totalidade das diferenças. O universal é o Em-si, o essencial, enquanto a individualidade é o outro. Entretanto, o indivíduo, em sua perspectiva, atribui a si mesmo independência, e considera o universal como sendo o outro, de quem ele se serve; sem perceber que a independência que ele se outorga resulta justamente de sua inserção no universal, que lhe custou a independência que possuía naquela existência (inicial) apenas para si.

Em seu estado natural de consciência (antes de evoluir), a pessoa considera a si mesma como existente, ao passo que, para ela, o Outro (o exterior) não existe. Porém, distinguir-se de tudo o mais, ao atribuir a si mesma a exclusividade da existência, acaba sendo, paradoxalmente, supor que exista algo mais; pois não há como distinguir-se de nada. Portanto, esse estado de consciência tende à instabilidade, isto é, tende a evoluir para outra condição; não significa que ocorrerá em todos os casos. Se ocorre tal instabilidade, a consciência abandona a negação do Outro e reconhece que ele *também* existe. Abandonar a ideia de que o Outro é nada e contemplar as diferenças: eis o primeiro passo na evolução para a conquista do *saber*, considerando que, até então, tratava-se do entendimento ainda vazio.

A relevância de superar a negação do Outro está em que houve um pequeno deslocamento, que *poderá*, quem sabe, induzir o movimento; *grosso modo*, significa que a consciência já não está

alheia à existência das diferenças. Entretanto, por si só, a constatação de que as diferenças existem não representa um avanço significativo; importa avaliar os efeitos que essa constatação irá produzir, se produzir; pois, se não surtir efeito, pode-se dizer que não houve evolução alguma, mas, apenas um mero deslocamento infrutífero. Para evoluir, a consciência precisa, antes de tudo, perceber a existência das diferenças no mesmo nível da sua existência e, sem se confundir com o Outro, acolher a essência dessa diversidade, integrando-a em seu próprio ser; o que transformará essa consciência em consciência-de-si; transformará a singularidade natural em individualidade mediatizada na relação com o Outro. Com essa evolução, o Outro adquire (para a consciência) existência viva; torna-se vida.

Uma vez constituído o indivíduo, surge, para ele, um saber sobre a vida (concernente ao que não é ele próprio), que não é mais limitado pelos sentidos e pelo entendimento imediato; um saber que talvez possamos entender como propensão constante a atentar para a diversidade em que está inserido e, destarte, manter-se em aprendizagem contínua. Certo é que o saber sobre a vida jamais chegará à completude; e que sempre faltará muito mais a descobrir. Também é certo que o saber se presta às mais variadas aplicações, sejam nobres, mesquinhas ou terríveis; pois, a evolução de que se trata aqui não concerne ao caráter, às intenções; refere-se à evolução de um estado em que o exterior a si mesmo (com toda a diversidade que lhe é própria) é ignorado, para uma condição em que esse exterior passa a ser levado em conta. De todo modo, seja para o bem ou para o mal, e malgrado a impossibilidade de completude, a consciência-de-si, uma vez formada, não retrocede para o estágio anterior; a transformação é irreversível; tal como uma lagarta que, ao se tornar borboleta, não retrocederá à condição de lagarta. Assim, para quem evoluiu da singularidade natural para a condição de indivíduo, o Outro (a diversidade exterior a ele mesmo) jamais será tido por inexistente novamente - quer seja para o bem ou para o mal.

Em síntese, o saber sobre a vida é alcançado na relação do Eu com o Outro (a diversidade); mediante essa relação, a consciência natural (entendimento vazio) evolui para a consciência-de-si; e a singularidade natural da pessoa evolui para a individualidade, sendo esta constituída e mantida na relação com o universal. Todavia, neste ponto da evolução, não se trata ainda da consciência-de-si **independente**. Para que esta seja conquistada, falta ainda alcançar o saber sobre si; saber este, que depende, antes de tudo, de *que nós entremos lá dentro – tanto para ver como para que haja algo ali atrás que possa ser visto*.<sup>7</sup> Em outras palavras, o primeiro passo para desencadear o processo de saber sobre si mesmo e, assim, conquistar a consciência-de-si independente, é olhar dentro de si. Sem esse olhar, segundo Hegel, não só é impossível ver algo ali dentro – como seria até um pouco óbvio -, mas também não existe, ali dentro, nada para ser visto. Esta última parte da proposição não é nada óbvia, e nem mesmo de fácil assimilação. Entretanto, será mais fácil compreender a partir do que se descreve nos próximos parágrafos.

#### 4.3 O saber sobre si mesmo: autonomia da consciência.

Ter evoluído da singularidade natural para a individualização, pressupõe ter atingido o saber sobre a vida; tendo em vista que, independentemente de como o indivíduo venha a relacionar-se com a diversidade, de qualquer modo, para individualizar-se, distinguiu a si mesmo do Outro, cuja existência teve que reconhecer. Entretanto, com apenas essa evolução, ainda não existe o saber sobre si; o indivíduo ainda não sabe quem ele mesmo é, essencialmente. Para empreender a busca por este saber, o ser que já conquistou a individualidade terá que ser tocado por um desejo (vontade, querer) que o impulsione a olhar dentro de si mesmo. Assim, enquanto para alcançar o saber sobre a vida e se tornar consciência-de-si, a consciência defronta a diversidade que lhe é exterior; a consciência-de-si, para se tornar **consciência-de-si independente**, precisa defrontar a si mesma.

Conforme descrito no tópico 3, a conquista de uma consciência-de-si independente - saber sobre si - exige, além do desejo, um desdobramento do indivíduo em dois, isto é, exige que ele se represente em duas posições de si mesmo e, assim, esses dois extremos do desdobramento poderão defrontar-se. Sabemos tratar-se de um ser indivisível. Portanto, mesmo que pretendêssemos dividir,

<sup>7</sup> Ver epígrafe, página 1.

por exemplo, em corpo físico e essência (alma, espírito, mente...); ou dividir em agir prático e “conteúdo interior” (pensar, sentir...); seria fantasioso, pois essas instâncias estão enredadas, sem possibilidade de isolamento. De todo modo, Hegel não fala em divisão e, sim, em duplicação; não fala de duas partes de um ser, mas de dois seres, integralmente, que, em serem dois, são o mesmo. Assim, pelo exposto neste parágrafo, e pelo que sucede no processo, conforme já sintetizado no tópico 3, esse desdobramento só pode ser entendido em termos abstratos: como um deslocamento “mental”, como estratégia para observar a si mesmo; imaginar-se como dois extremos de si, para que cada extremo veja o outro, bem como veja a si mesmo por meio do outro. O desdobramento possibilita uma consciência-de-si defrontar (examinar) a outra consciência-de-si (que é ela própria, que saiu de si).

Podemos entender que esteja presente uma luta de vida ou morte, sob vários aspectos, sendo compreensível que, muitas vezes, haja descontinuidades, recuos, recomeços, desistências; e compreender que nem sempre o processo desencadeado seja concluído com êxito para culminar na consciência-de-si independente. Com efeito, sair de si por meio dessa duplicação pode ser assustador para o indivíduo, porque significa, em certo sentido, perder-se de si mesmo. Significa desapegar-se da estabilidade de existir “intacto” nessa unidade consigo mesmo - unidade que conquistou em sua individualização - e experimentar a sensação de estar dividido em dois nesse deslocamento; o qual é indispensável para que seja possível olhar para si mesmo. Significa também privar-se da comodidade (sem inquietação) de existir sem se conhecer essencialmente, sem saber verdadeiramente quem é; e atirar-se ao desconhecido para vir a saber, sem ter ideia do que encontrará “por trás da cortina”.

No entanto, sair de si é simultaneamente permanecer em si mesmo; e tudo isso para si mesmo, numa experiência profundamente pessoal. Por mais que a experiência possa ser exteriorizada; por mais que os momentos envolvidos nesse processo possam ser compartilhados; por mais que possa haver interferências externas, seja acelerando ou retardando o processo, ou mesmo induzindo à estagnação ou ao retrocesso; de todo modo, a conquista de uma consciência-de-si independente é estritamente individual. Tal independência tem um caráter definitivamente individual, sob dois aspectos: primeiro, porque somente o indivíduo pode alcançá-la para si mesmo, resguardadas as possíveis interferências externas; segundo, porque ninguém pode saber tanto sobre o essencial do indivíduo quanto ele mesmo sabe, desde que tenha conquistado o saber de si, ou seja, a consciência-de-si independente.

Procurando uma maneira mais acessível de compreender esse movimento, que é fundamental à conquista de uma consciência-de-si independente, podemos imaginar o que se expõe a seguir. O indivíduo, com o intuito de conhecer a si mesmo, representa-se dividido em duas instâncias: uma que é o **seu entendimento (sua consciência-de-si)**; e outra que é sua **atuação individual**, abrangendo, desde a atitude concretamente perceptível e a expressão mais ostensiva, até a mais resguardada das intenções e a mais sutil das aspirações. Mediante essa divisão estratégica, as instâncias defrontam-se, observam-se, e vão agindo uma sobre a outra, e cada uma sobre si mesma. Cada instância coloca em risco a sua vida e a da outra, isto é, desestabiliza à outra e a si mesma; bem como é desestabilizada pela outra, que também desestabiliza a si mesma. A desestabilização tende a provocar ajustes em cada uma delas. Assim, caso o processo seja bem-sucedido, surgirá um equilíbrio, uma coerência entre ambas as instâncias, que, agora em harmonia, permanecem livres em seus papéis.

Consideramos que as instâncias do *entendimento* e da *atuação* se encaixam nos papéis do senhor e do escravo, respectivamente, citados na alegoria referida no tópico 3. Assim, na evolução bem-sucedida, o indivíduo deixa-se dominar pelo medo absoluto de agir contrariamente ao que o seu entendimento (o senhor) lhe determina, sendo esse medo “o princípio da sabedoria”, e adota a obediência: a atuação se torna escrava do entendimento. Mediante a rendição, essa atuação, que se julgava independente, passa a trabalhar pela instauração da verdade (efetividade) do entendimento; sem esse trabalho do escravo, o senhor não encontraria a sua verdade, pois ela não se manifestaria. Por outro lado, a atuação que se rendeu ao entendimento por considerá-lo como a essência, como a verdade, ao trabalhar para ele, experimenta em si mesma essa essência e, assim, torna-se verdadeiramente independente; paradoxalmente, desempenhando o papel de escravo é que ela

encontra a independência. Também é paradoxal a condição do senhor, pois ele depende do escravo para encontrar a sua verdade, isto é, para existir de maneira efetiva.

De fato, a instância da atuação apenas se comporta como o escravo nesse processo de dominação, mas não é escrava em sua natureza; ela também é consciência-de-si, como a outra a quem obedece; e é na obediência, que essa consciência escravizada encontra a si mesma. Antes, enquanto agia por si mesma, julgava-se independente, mas não era verdadeiramente. Agora, quando é dominada pela outra, a independência é verdadeira. De fato, por se tratar de duas instâncias do indivíduo, ele mesmo é quem dita as regras às quais obedece. Ou seja, trata-se do indivíduo agindo em perfeito acordo com o seu entendimento; o que significa a independência verdadeira da consciência-de-si.

Porém, para conquistar essa independência, é preciso “arriscar a vida”. Sendo assim, o indivíduo pode optar por preservar a própria vida, isto é, preservar-se como se encontra, sem saber de si mesmo; optar por não se arriscar ao desdobramento em dois “para olhar lá dentro”. Pode, ainda, iniciar o percurso e, em qualquer ponto dele, desistir de continuar se arriscando; ou pode arriscar-se com reservas, o que, a rigor, significa não correr o risco. Entretanto, somente aquele que se coloca inteiramente em risco, até o final da luta, obterá o prêmio, que é a consciência-de-si independente. A vida que se arriscou é perdida para sempre, pois, na morte dela é que se encontra a vitória. De fato, aquela tranquila existência sem saber sobre si, sustentada de muitas maneiras, foi colocada em risco (desestabilizada), ficou abalada e ruiu; seu lugar foi definitivamente tomado por outra maneira de viver, estabelecida na consciência-de-si independente. Enquanto aquela primeira fosse, de alguma forma, preservada, não haveria lugar para a segunda.

Ao que tudo indica, não existe consciência-de-si *quase* independente. Assim, pode haver um longo conflito e, enquanto ele perdurar, ainda existirá aquela vida que foi colocada em risco, sem possibilidade de se instaurar a liberdade da consciência, por mais próxima que pareça estar, algumas vezes. Por não haver garantia, em momento algum, de que o percurso será concluído, então, somente a efetiva conclusão, que culmina na morte da vida que se arriscou, concede a liberdade à consciência-de-si. Enquanto a consciência-de-si não tiver atingido o estágio de plenitude (a independência, a liberdade), existe a possibilidade de que não chegue a completar o percurso. Em termos gerais, parece predominar a estagnação em detrimento do avanço; o que é compreensível, considerando-se o quão desconfortável pode ser, para o indivíduo, vencer as dificuldades de cada etapa evolutiva da consciência.

Voltamos, neste ponto, ao texto da epígrafe, especificamente no que se refere à condição de olhar para que haja algo a ser visto. Ora, se a consciência-de-si independente, que entendemos corresponder ao pleno saber sobre si mesmo, constitui-se mediante um processo desencadeado, necessariamente, pelo olhar dentro de si; e se o interior pleno do ser (*algo ali atrás que possa ser visto*) não se constitui, isto é, não adquire existência, sem que a consciência-de-si-independente, por sua vez, já tenha se constituído; então, até para que houvesse algo ali dentro (isto é, não apenas o interior vazio, mas a essência do indivíduo que sabe de si), foi necessário acontecer o olhar, com duplo papel – o papel de ver, naturalmente, mas também o papel de desencadear a existência de algo para ser visto.

Na condição de independência da consciência-de-si, manifesta-se a autonomia da individualidade, mediante a qual o indivíduo, considerados os limites da liberdade de que dispõe concretamente, nas circunstâncias em que se encontra, governa a si mesmo, sem se deixar manobrar a partir do seu exterior - seja por inaptidão, inércia, receio, ou o que for. Trata-se de uma coerência do indivíduo consigo mesmo, uma autenticidade, em que o agir exterioriza a essencialidade, expressando o que o interior abriga. Com a consciência-de-si independente, o indivíduo não se inclina à imitação; conhece a si mesmo e não ignora o Outro (as diferenças); relaciona-se com o Outro sem deixar de ser quem é, sem se confundir com ele. Individualizar-se é tornar-se quem é, distinguir-se dos outros, sem categorizações ou hierarquias. Trata-se de um estado de plenitude dinâmica, em que o essencial, do indivíduo, destaca-se continuamente do supérfluo, que, paulatinamente, vai sendo aniquilado; ainda que jamais chegue a extinguir-se completamente o supérfluo e a instaurar-se a essência absoluta.

Todavia, nunca é demais advertir que a evolução de que se trata aqui, quer seja concernente ao saber sobre a vida, quer seja concernente ao saber sobre si mesmo, não está vinculada a questões morais, ou de índole, de caráter, de bem e mal. Também é importante lembrar que essa evolução não está atrelada à erudição, e nem mesmo à escolarização; tampouco tem nexos com as condições materiais, seja de riqueza ou de pobreza. Portanto, não é de se admirar que uma consciência-de-si independente possa se formar mesmo em contextos e circunstâncias precários; e que, em condições privilegiadas de acesso ao conhecimento e a bens materiais em geral, muitos não a conquistem. Como também não deve causar espanto que a individualidade autêntica possa se fazer notar, ou possa estar ausente, tanto entre os seres humanos mais dignos, quanto entre os mais desprezíveis.

De qualquer modo, conquistar a consciência-de-si independente, ou mesmo avançar, um passo que seja, nessa direção, não é algo determinado a suceder a todas as consciências; ao contrário, consciências podem ficar retidas em qualquer estágio, como podem jamais darem o primeiro passo em direção à independência. Enquanto muitos desistem pelo caminho, muitos outros nem chegam a evoluir do estágio da vontade. Provavelmente, grande parte da humanidade nem sequer cogita a ideia de empreender essa difícil jornada. No entanto, devido à própria dinâmica do processo em questão, tudo indica que o indivíduo que não alcançou a consciência-de-si independente não se sente frustrado ou incomodado por isso; por lhe faltar a perspectiva que tornaria relevante essa falta; perspectiva que adviria da mesma independência.

.....

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

HEGEL, G. W. F. A verdade da certeza de si mesmo. In: \_\_\_\_\_ **Fenomenologia do Espírito – Parte I**. 2ª Ed. (Tradução de Paulo Menezes, com a colaboração de Karl-Heinz Effen.) Petrópolis: Vozes, 1992. Disponível em: [file:///D:/Meus%20Documentos/Documents/HEGEL-G.W.F.-Fenomenologia-do-Esp%C3%ADrito-Parte-I%20\(1\).pdf](file:///D:/Meus%20Documentos/Documents/HEGEL-G.W.F.-Fenomenologia-do-Esp%C3%ADrito-Parte-I%20(1).pdf). Acesso em: 20 09 2019.